Estado do Rio Grande do Sul
MUNICIPIO DE ERECHIM
PREFEITURA MUNICIPAL
Praça da Bandeira, 354
Fone: (54) 3520 7000
99700-010 Erechim – RS

Of. Exp. Câm. n.º 047/2020 Erechim, 03 de Julho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Vereador MÁRIO ROGÉRIO ROSSI
Presidente do Poder Legislativo
Erechim/RS.

Senhor Presidente:

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, encaminhamos-lhe, o Projeto de Lei n.º 030/2020, que Autoriza o Poder Executivo a contratar, em caráter temporário, 01 (um) Médico Pediatra, com carga horária semanal de 12 (doze) horas, para atendimento junto às Unidades Básicas de Saúde, que integram a Rede Municipal de Atenção Básica.

Na expectativa de que este seja acolhido, subscrevemo-nos com apreço e consideração.

Atenciosamente,

LUIZ FRANCISCO SCHMIDT
Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI N.º 030/2020.

Autoriza o Poder Executivo a contratar, em caráter temporário, 01 (um) Médico Pediatra, com carga horária semanal de 12 (doze) horas, para atendimento junto às Unidades Básicas de Saúde, que integram a Rede Municipal de Atenção Básica.

Art. 1.º Fica, o Poder Executivo, nos termos do Art. 37, IX, da Constituição Federal e Lei Complementar n.º 173/2020, autorizado a contratar, em caráter temporário, 01 (um) Médico Pediatra – 12 horas semanais, para atendimento nas UBS's, que integram a Rede Municipal de Atenção à Saúde.

§ 1.º A remuneração para o cargo de Médico Pediatra, com carga horária de 12 horas semanais, é de R$ 4.944,39 (quatro mil, novecentos e quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos).

§ 2.º As atribuições e exigências de provimento para o cargo de Médico Pediatra – 12 horas semanais, estão previstas no Anexo I da Lei Municipal n.º 3.919, de 09 de dezembro de 2005, e suas alterações, que Dispõe Sobre o Quadro de Cargos de Provimento Efetivo e Estabelece o Plano de Carreira dos Servidores.

§ 3.° A contratação, objeto desta Lei, será pelo período de até um ano, podendo ser prorrogada por igual período ou rescindida, antecipadamente, caso seja extinta a necessidade da manutenção do contrato.

Art. 2.º A contratação do Médico Pediatra será efetuada através da ordem de classificação dos aprovados em Concurso Público vigente nesta data.

§ 1.º A recusa do candidato em assumir o contrato oferecido não implicará em perda de nenhum direito adquirido com a sua participação no concurso.

§ 2.º Encerrado o período do contrato, o candidato retornará ao banco de concursados, na mesma posição em que se encontrava antes desta contratação, aguardando nomeação a que fará jus se ocorrer abertura de vaga.

§ 3.º No caso da recusa da totalidade dos classificados no concurso público citado no *caput*, ou não havendo mais classificados no banco de concursados, a contratação será efetuada através de processo seletivo simplificado, considerando:

I – O período de inscrições de 3 (três) dias, sendo exigidas para as inscrições as condições de provimento previstas para os cargos efetivos;

II – A ordem de classificação obedecerá a pontuação obtida pela apresentação dos seguintes títulos:

a) Especialização: 01 ponto até o limite de 03 pontos;

b) Mestrado: 02 pontos até o limite de 04 pontos;

c) Doutorado: 03 pontos até o limite de 05 pontos;

d) Participação em eventos com temática voltada às especificações do cargo, com duração mínima de 06 (seis) horas (Congressos, Seminários, Palestras, etc.): 01 ponto por evento até o limite de 05 pontos;

III – No caso de empate verificado após o cumprimento da ordem de classificação do inciso II desse parágrafo, a classificação dos inscritos empatados será obtida por sorteio público.

Art. 3.º As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas através da seguinte dotação orçamentária: 09 – Secretaria Municipal de Saúde; 01 – Fundo Municipal de Saúde; 10.301.0008.2.037 – Ações e Serviços Públicos de Assistência Geral à Saúde com Recursos Próprios; 3190.04.00.00.00 – Contrato por Tempo Determinado – Recurso ASPS – Atividade 2.037.

Art. 4.° Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Erechim/RS, 03 de Julho de 2020.

LUIZ FRANCISCO SCHMIDT
Prefeito Municipal

J U S T I F I C A T I V A

O presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar, em caráter temporário, 01 (um) Médico Pediatra, com carga horária semanal de 12 (doze) horas, para atendimento junto às Unidades Básicas de Saúde, que integram a Rede Municipal de Atenção Básica.

Destacamos que a **contratação, em caráter temporário,** é de extrema necessidade para a efetivação dos serviços básicos de saúde, sendo que a atenção pediátrica teve um aumento de 2.700 (dois mil e setecentos) atendimentos entre os anos de 2016 e 2019. Visto isso, a eventual falta do Médico Pediatra nos atendimentos da Atenção Básica acaba por "engessar" os serviços, prejudicando a população de um modo geral.

De outra forma, o objetivo da contratação aqui referida se dá pela exoneração do servidor Valdir Luiz Machado, Médico Pediatra, que perfazia 40 horas semanais até o mês de julho de 2019, bem como um aumento da demanda em todas as Unidades Básicas de Saúde, o que acarreta na necessidade de que existam Pediatras em todas as UBS durante vários dias por semana. O modelo ideal seria a permanência de um Pediatra em cada UBS diariamente, o que buscamos em um futuro próximo, sempre respeitando a limitação orçamentária do Município de Erechim.

Ademais, com a declaração de pandemia pelo novo coronavírus, alguns profissionais restaram por ficarem afastados dos atendimentos diretamente realizados com o público, o que intensificou a necessidade de reposição de profissionais médicos durante este período.

Isto posto, em atendimento ao disposto, encaminhamos a presente solicitação a fim de formalizar os serviços Médicos oferecidos junto às Unidades Básicas de Saúde, referenciando que para o cargo mencionado acima não existe banco de concursados válido na presente data. Os profissionais que compunham o banco de concurso realizado no ano de 2019, alguns atenderam ao chamado e outros declinaram da nomeação, encerrando a listagem disponível para a nomeação e composição do quadro efetivo do Município, razão pela estamos utilizando este expediente de contratação.

Outrossim, informamos que, em cumprimento ao Art. 16 da Lei Complementar n.º 101/2000 – Lei da Responsabilidade Fiscal – estamos encaminhando, em anexo, o Impacto Orçamentário-financeiro correspondente à despesa originada pelo presente Projeto de Lei. Diante do exposto, encaminhamos-lhes o presente projeto para apreciação e deliberação por parte dos nobres Vereadores.

Erechim/RS, 03 de julho de 2020.

LUIZ FRANCISCO SCHMIDT
Prefeito Municipal